

HISTÓRIA DA LOUCURA E A OBJETIVAÇÃO DO SUJEITO POR “PRÁTICAS EPISTÊMICAS”

Fabiane Marques de Carvalho Souza¹

RESUMO: Pretende-se, no final deste estudo, investigar como Michel Foucault problematiza a questão do sujeito em sua tese de doutorado publicada em 1961 com o título de *Histoire de la folie à l'âge classique*. Para tanto, analiso aqui a estrutura argumentativa do livro em questão, tendo em vista o seu resultado, que é o nascimento da psiquiatria e das ciências psicológicas na modernidade, onde o sujeito é objetivado por práticas epistêmicas, isto é, práticas referentes a um discurso que toma a forma de um saber científico

Palavras-chave: Sujeito, Psiquiatria, História, Loucura.

ABSTRACT: We intend at the end of this paper to investigate how Michel Foucault discusses the question of the subject through his doctoral thesis published in 1961 under the title *Histoire de la folie à l'âge classique*. To this end, I analyzed here the argumentative structure of the book in question, as we all have its result, which is the birth of psychiatry and psychological sciences in the modern era, in which the subject is objectified by epistemic practices, thus, practices related to a speech which takes the shape of a scientific knowledge.

Keywords: Subject, Psychiatry, History, Madness

Considerações iniciais

Pretende-se, no final deste estudo, investigar de como Michel Foucault problematiza a questão do sujeito em sua tese de doutorado publicada em 1961 com o título de *Histoire de la folie à l'âge classique*. Para tanto, analiso aqui a estrutura argumentativa do livro em questão, tendo em vista o seu resultado que é o nascimento da psiquiatria e das ciências psicológicas na modernidade onde o sujeito é objetivado por práticas epistêmicas, isto é, práticas referentes a um discurso que toma a forma de um saber científico

¹ Doutora em Filosofia pela PUC-Rio; Pós-doutoranda em Filosofia na PUC-SP. Contato: marquesfabiane@hotmail.com.

Em *História da Loucura*, Foucault inicia a tematização da objetivação do sujeito por práticas epistêmicas. Nesse livro, o filósofo analisa a experiência moderna da loucura, experiência esta antropológica, e em que a loucura será objetivada junto à verdade do homem no momento do nascimento da psiquiatria, acontecimento investigado por Foucault nesse livro.

Em sua investigação da qual resultou a *História da Loucura*, Foucault inicia a série de análises históricas denominadas arqueológicas. Embora historicamente datada no que Foucault chama de época clássica, estudada tanto no que diz respeito à prática do enclausuramento do louco, quanto no que diz respeito à relação da teoria da loucura com a medicina, a argumentação do livro se estrutura com o fim de elucidar e contestar a situação da loucura na modernidade. E, nessa época, loucura diz respeito à psiquiatria ou de modo mais geral às ciências psicológicas. Segundo ensina Roberto Machado, o objetivo da *História da Loucura* é estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental: “Desenvolvendo uma argumentação que tematiza não essencialmente o discurso psiquiátrico, mas sobretudo o que lhe é anterior e exterior, *Histoire de la folie* tem na psiquiatria o seu alvo principal: seu objetivo é estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental.”²

História da loucura constata que a psiquiatria é uma ciência recente, inédita, uma novidade no âmbito dos discursos. Além disso, o livro indica que a intervenção da medicina com relação ao louco é historicamente datada. A análise mostra a impossibilidade de se falar rigorosamente de doença mental antes do final do século XVIII, momento em que, para Foucault, se inicia a modernidade e, com ela, o processo de objetivação e patologização do louco. Em sua tese, Foucault situa também a psiquiatria como sendo o resultado de um amplo processo histórico, que não diz respeito a uma descoberta da essência da loucura, mas a sua progressiva dominação e integração à ordem da razão. Este livro permitiu, através da análise da história da psiquiatria, o conhecimento de seus reais objetivos. E isso porque, ao mostrar o caminho histórico, no qual a psiquiatria torna o louco doente mental, Foucault redimensiona o humanismo terapêutico formulado por Pinel e denuncia o que está por

² MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*, p. 58.

trás do mito segundo o qual a psiquiatria possibilitou a loucura ser reconhecida e tratada segundo a sua verdade.

Em *História da loucura*, Foucault traça uma história dos saberes sobre a loucura, estabelecendo três períodos diferentes: a renascença, a época clássica e a modernidade. Tais saberes sobre a loucura, analisados por Foucault neste seu primeiro empreendimento arqueológico, não são necessariamente psiquiátricos, sistemáticos ou teóricos. Uma outra peculiaridade da *História da loucura* diz respeito ao fato de, nesse livro, Foucault não se limitar ao nível do discurso para investigar a formação histórica da psiquiatria. A fim de explicitar as condições históricas de possibilidade da psiquiatria, Foucault estuda os espaços institucionais de controle do louco e os saberes com eles relacionados. Além disso, estuda as instâncias sociais também relacionadas a essas instituições de reclusão e as causas econômicas e sociais das modificações institucionais, analisadas no livro.

O renascimento e a época clássica

História da Loucura começa no fim da Idade Média, momento do desaparecimento da lepra e a partir do qual restarão vastas extensões vazias aonde se trancava o mal, uma espécie de prática imemorial que consistia em excluir para curar. Trata-se aí de indicar um destino longínquo para a loucura.

No Renascimento, a loucura não se esconde, mas circula. Seu lugar simbólico é a *Nave dos loucos*, objeto representado pela pintura e pela literatura, na qual o louco é caracterizado como uma existência errante. Ignora-se aonde vai e de onde vem o louco e embarcá-lo equivale a conferir ao mesmo uma posição limítrofe. Na Renascença, o louco é como que um “prisioneiro da passagem”, ele será situado nas fronteiras, nos limiares, nos espaços de transição, o que o coloca numa espécie de abertura para outras possibilidades de mundos. Analisando as formas plásticas da época, Foucault constata, nas imagens das pinturas que retratam a loucura, algo como uma experiência fundamental. A experiência renascentista da loucura é uma experiência trágica cuja figura é cósmica, porque a loucura tem fundamento na realidade, uma vez que o delírio do louco revela uma verdade presente no mundo. Essa experiência trágica será como que esquecida, encoberta, ocultada e é esse esquecimento que tornará possível, para Foucault, a história das experiências clássica e moderna da loucura.

Ainda no Renascimento, a experiência trágica da loucura será confiscada em proveito do que Foucault chamou de uma experiência crítica da mesma, expressa através das formas discursivas presentes, por exemplo, nos textos satíricos, humanistas e céticos. Nesta experiência crítica, a loucura não é mais dada numa relação com o mundo, mas numa relação com a razão. Ela não será mais a abertura limiar de outros mundos, mas será limite de medida da razão humana. Na experiência crítica, o limite marcado pela loucura se resolve numa implicação circular entre razão e loucura. Em Montaigne, por exemplo, a sabedoria está em aceitar que a razão apenas é razoável se ela faz uso da desrazão. Tal relação entre razão e loucura é ambígua no Renascimento, na medida em que implica uma reciprocidade entre as mesmas, mas isto equivale a uma perda da especificidade da loucura, que acaba por ser integrada a uma razão que, nessa época, ainda reconhece as suas razões.

No entanto, essa relação da loucura com a razão será radicalizada na época clássica, momento em que a loucura vai ser excluída da ordem da razão e que tem em Descartes seu marco filosófico. Descartes, na primeira das *Meditações*, empreende um processo de dúvida radical, com o objetivo de encontrar uma verdade fundamental e segura. Nesse processo, Descartes afasta a possibilidade de a loucura comprometer a trajetória da dúvida e, com isso, exclui a loucura do pensamento. Descartes encarna, por assim dizer, a expressão filosófica da recusa da loucura pela razão clássica. O classicismo, numa percepção ética, vai compreender a loucura como desrazão, isto é, como o negativo da razão. Sinal de uma nova época e de uma nova experiência: agora não se embarcam mais os loucos, mas estes são internados.

A divisão entre a primeira e a segunda parte do livro pode ser compreendida como uma distinção entre “desrazão”, objeto de uma percepção social, e “loucura”, objeto de uma analítica médica. Distinção esta rigorosa, na medida em que a “desrazão”, objeto de práticas que a excluem do meio social como algo contra a natureza, não se comunica com a “loucura”, objeto de conhecimento que recebe a positividade de uma natureza de doença. Mas o fundamento dessas duas experiências social e teórica é dado por uma experiência fundamental da loucura na época clássica: a de uma paradoxal manifestação de não-ser, a de uma negatividade da razão. Na época clássica, razão e desrazão são definitivamente separadas. Separação esta que se concretiza em práticas sociais, em gestos de exclusão e segregação. Casas de internamento são criadas, onde se procura eliminar a desordem social, suprimir defeitos e dominar uma contra-natureza. E é a mesma experiência negativa que estrutura os

discursos do conhecimento sobre a loucura, onde se trata não mais de negar um ser, mas de afirmar o não-ser da doença.

O enclausuramento e a medicina clássicos

Foucault inicia sua análise, discorrendo sobre a criação dos espaços de internamento que se estendem sobre a Europa no século XVII: o *Hôpital général*, na França; as *Workhouses*, na Inglaterra; as *Zuchthäuser*, na Alemanha. A prática, em todos esses estabelecimentos, é a do enclausuramento. Esse enclausuramento ocupa em parte os leprosários vazios da Idade Média, herança simbólica do mundo da desrazão. Tais casas, no entanto, não são instituições médicas, mas entidades assistenciais e administrativas situadas entre a polícia e a justiça.

O fenômeno do enclausuramento possui um significado social, econômico, moral e político. Trata-se de uma espécie de compromisso entre os valores assistenciais da Igreja e os valores da ordem burguesa; de um regramento da produção e dos preços através do controle do desemprego; de correção e adestramento de pessoas de maus costumes; de repressão de perturbadores isenta de controle judiciário. O enclausuramento é um fenômeno moral, instrumento de um poder político que laiciza a moral e exclui da sociedade os que fogem às suas regras, criando uma realidade, produzindo uma espécie de população homogênea: a dos homens da desrazão. Para Foucault, esse fenômeno pode ser visto como a expressão institucional de uma consciência da oposição entre razão e desrazão.

A população constituída pelas práticas do enclausuramento forma-se dos transgressores da ordem da comunidade econômica do trabalho e da ordem dos valores da família burguesa em sua correção das condutas sexuais, religiosas e especulativas. Três espécies são designadas pela proscrição do mundo produtivo burguês: os miseráveis, os desempregados e os ociosos. E o louco, quarto componente dessa população, então percebido como rebelde aos constrangimentos do labor. Também se encontra condenado ao enclausuramento, do lado da instituição familiar, um conjunto de comportamentos transgressores das normas da sexualidade honesta, da religião ortodoxa, de uma reflexão bem-pensante: doentes venéreos, devassos, sodomitas, praticantes de ligações inconfessáveis ou casamentos vergonhosos, blasfemos, suicidas,

feiticeiros, magos, alquimistas, e, enfim, os libertinos especulativos. Entre eles, o louco, cujo espaço na época clássica, é o do enclausuramento.

É a razão considerada como critério que permite desclassificar essa população como marcada pelo índice da desrazão. A desrazão objetiva o negativo da razão em tipos concretos, individualizados, dando coerência ao enclausuramento. É assim que a loucura, misturada a todas essas condutas da desrazão, adquire uma figura de perversão moral e torna-se objeto de uma percepção. Tal percepção da desrazão não é médica, mas ética. É uma percepção ética que revela o louco, uma vez que é uma condenação moral que desdobra a loucura em sua dimensão de objeto.

Na época clássica, o louco não é percebido como doente e muito menos como doente mental. Não há tratamento no *Hôpital général* e o internamento não tem valor médico. Na consciência social da desrazão, não existe nenhum tipo de pressentimento obscuro do que virá a ser o internamento psiquiátrico. E se há visita médica, nesses estabelecimentos, é com o objetivo de proteger a saúde pública. No entanto, existe na mesma época uma experiência da loucura como doença: loucos são internados no *Hôtel-Dieu* para receber tratamento. Mas isso não significa um sinal antecipador dos tempos modernos. Isso porque o louco doente não é uma criação clássica, mas desde o fim da Idade Média, o louco já era objeto de solicitude médica. O *Hôtel-Dieu* é apenas um vestígio de uma prática antiga que ainda subsiste paralelamente à prática assistencial e policial. O que é próprio da época clássica é justamente a desindividualização médica do louco, que é integrado ou dissipado em meio a toda a população da desrazão.

Na segunda parte do livro, Foucault analisa o conhecimento médico da loucura. Se a percepção social considera o louco um fenômeno contra-natureza e o enclausura em instituições de reclusão, a medicina vai considerar a loucura um objeto, cuja natureza ela busca determinar. Essa apreensão teórica da loucura justapõe-se aos gestos sociais que cercam a loucura. De um lado, a época clássica exclui a loucura, de outro, ela estuda a sua natureza. A relação de força estabelecida no internamento atinge diretamente a pessoa do louco, uma vez que se apoia numa percepção social da desrazão. Mas a teoria médica clássica não se fundamenta numa observação do louco. Esta medicina clássica concebe a loucura simplesmente como doença, mas não como doença mental, ao contrário da psiquiatria, surgida na modernidade. A medicina clássica é uma medicina classificatória que considera a doença como uma espécie natural e não como uma entidade negativa. Para a medicina clássica, a doença não é um

não-ser, mas é algo que possui uma verdade, uma essência que se manifesta nos sintomas, que serão descritos e ordenados num quadro classificatório.

O objetivo principal de Foucault, ao analisar a racionalidade médica da época clássica, é evidenciar que o conhecimento da loucura não pode ser assimilado à medicina das espécies, em razão de algumas dificuldades. Tais dificuldades dizem respeito ao afastamento da análise da doença em razão de uma crítica moral ou de uma consideração causal e ao fato de o conhecimento médico da loucura basear-se em temas muito mais imaginativos do que conceituais. Daí o caráter contraditório dos textos clássicos que tematizam a loucura. Mas se, na época clássica, a loucura é nada, isto é, não-ser, compreende-se que ela sempre escape às teorias, que nada mais fazem do que responder à injunção de sua época, segundo a qual a loucura não é nada.

Mas, tanto no caso do louco percebido como o outro do pensamento e da moral, quanto no caso da loucura definida como doença a partir da racionalidade médica classificatória, as questões do louco e da loucura encontram seu ponto comum de referência na ordem da razão. A loucura, na época clássica, segundo Foucault, seja no sentido do critério de conduta, seja no sentido da ordem do conhecimento, é sempre constituída pela razão. A esse respeito, Foucault observa que:

Inteiramente excluída, de um lado, inteiramente objetivada, de outro, a loucura nunca se manifesta em si mesma e numa linguagem que lhe seria própria. Não é a contradição que permanece viva nela, mas é ela que vive dividida entre os termos da contradição. Enquanto o mundo ocidental esteve voltado para a idade da razão, a loucura permaneceu submissa à divisão do entendimento.³

Já na idade clássica, pode-se falar de uma objetivação do sujeito louco, de uma objetivação da loucura, uma vez que, nessa época, a loucura torna-se objeto de uma percepção moral. No entanto, diferentemente da modernidade, trata-se, na época clássica, de uma condenação moral da loucura, condenação essa que a desdobra em sua dimensão de objeto.

³ Foucault, M. *História da loucura na idade clássica*, p. 173.

A modernidade e a objetivação do sujeito

Na terceira parte de *História da loucura*, Foucault descreve as condições, presentes da segunda metade do século XVIII ao início do século XIX, da passagem a uma experiência moderna da loucura: experiência antropológica, que, objetivando cientificamente o sujeito louco e interpretando a loucura como doença mental, não vê mais, na mesma, uma ausência de ser, mas uma alteração das faculdades humanas, uma alienação da verdade do homem.

Tal transformação, no entanto, foi gradual. Inicialmente, a consciência da loucura vai progressivamente se liberando da consciência da desrazão. Antes do surgimento da psiquiatria, a realidade e o conceito de loucura ganham autonomia e individualidade com relação à desrazão, se diferenciando da mesma. De um lado, essa percepção individualizada da loucura supõe a abertura, desde o final do século XVIII, de uma série de estabelecimentos destinados a receber apenas os loucos. De outro lado, a moderna concepção da loucura como objeto médico também supõe uma alienação da mesma nas formas de objetividade.

Foucault começa a análise, constatando o surgimento, no final do século XVIII, da figura do médico nas casas de internamento devido ao medo de uma epidemia. Em contraposição a esse medo, desenvolve-se o receio de uma loucura percebida como afastamento da natureza, perda da verdade imediata, enquanto produto de uma civilização aperfeiçoada, efeito de um meio exterior mediado em excesso. Trata-se da perda da imediatez natural devido às mediações sociais. É assim que a loucura deixa de ser desrazão e torna-se alienação, ou seja, um produto da relação entre o homem e o mundo que distancia o homem de si mesmo e aliena a sua natureza.

No interior das instituições de reclusão, essa individualização da loucura vai significar a criação de estabelecimentos exclusivos para os loucos. Tal mudança não se deve à medicina, mas a fatores políticos, sociais e econômicos. Na segunda metade do século XVIII, os outros internados começam a protestar contra a sua assimilação aos loucos. É assim que a crítica política ao despotismo denuncia a arbitrariedade de algumas prisões, sem questionar a relação entre loucura e internamento. A revolução francesa suprime todas as medidas de internamento arbitrário, mas tais medidas não concernem aos loucos. Na esfera econômica, evidencia-se que o desemprego não pode mais ser denunciado como consequência de uma vida ociosa e que a população pobre pode ser considerada uma riqueza, na medida em que, no capitalismo nascente, ela se

torna força de trabalho produtiva. É assim que os miseráveis se reintegram à comunidade econômica como fonte de riqueza, restando apenas o pobre doente como beneficiário de um assistencialismo, cujas formas serão fixadas por medidas mais privadas do que públicas. O pobre saudável, válido, irá trabalhar, e o pobre doente, inválido, será assistido pela família. Resta o louco, inapto ao trabalho, mas que não pode viver livre. Privado de suas ligações com o crime moral e com a miséria, ele se encontra assim liberado para uma nova percepção. Em meio a todas essas transformações, o louco não foi libertado, mas foram mantidas casas de reclusão específicas para ele e surge então uma percepção diferenciada do mesmo como individualidade concreta. Liberada das confusões da época clássica, a loucura pode ser apreendida como o objeto de uma definição positiva.

Conserva-se o internamento para o louco, mas confere-se ao mesmo um valor médico. Dir-se-á que se interna para curar e o internamento, ao invés de fundamento, torna-se consequência da loucura, o espaço médico da revelação da sua verdade. É assim que a loucura, inicialmente, alienada, na época clássica, vai se tornar, na modernidade, alienação psicológica. Internava-se então o louco para aliená-lo, mas agora se afirma que ele é internado porque é alienado. É a medicalização do espaço de exclusão que permite a interpretação da loucura como doença mental e a objetivação da mesma. A medicalização da loucura equivale a um encerramento da mesma numa definição médica unívoca, na qual ela só encontra verdade a partir do olhar objetivante do outro, o médico. Considerar o louco um doente mental equivale a lhe alienar nas formas de uma objetividade constituída e a objetivação alienante se manifestará como relação concreta do médico ao paciente.

Para Foucault, a divisão clássica entre loucura e razão é conservada em sua estrutura, na modernidade, enquanto divisão interior ao louco, isto é, enquanto distância entre o louco e ele mesmo. A partir das análises dos textos de Pinel e Tuke, Foucault conclui que a experiência asilar equivale a uma espécie de culpabilização, na qual o louco se afasta de si mesmo a fim de se conscientizar de seu estado de loucura, sentido como falta. E a partir daí, num processo incessante de objetivação, o louco começa a se considerar como um outro que não aquele que deveria ser normalmente, desejando coincidir com o tipo normal que lhe é apresentado, por um outro (o médico), como sendo a sua verdade. A fim de se curar, o louco acaba por aceitar, mediante um auto-controle incessante, uma identidade que um outro lhe mostra como a sua.

No entanto, pode-se dizer que, na época clássica, o louco era sujeito de si mesmo e de sua verdade de erro. O louco clássico era livre para se constituir a si mesmo como sujeito louco. Já na modernidade, o sujeito louco é alienado de si mesmo numa estrutura objetivante: torna-se objeto para um outro, o médico, sujeito que concentra não apenas os poderes alienantes da ciência, mas também os da moral e da sociedade. Na experiência clássica da loucura, o sujeito se tornava louco por um ato de auto-constituição que pressupunha uma vontade livre para escolher o erro. A experiência clássica era, portanto, uma experiência ética. Já a experiência moderna da loucura será uma experiência antropológica, na qual a verdade do homem será objetivada numa reflexão sobre o homem, a sua loucura e sua verdade. Isso porque o conhecimento sobre o homem inaugurado, na modernidade, passa pelo homem louco. O conhecimento da verdade do homem pressupõe o homem alienado, uma vez que a loucura expressa a subjetividade, ao se manifestar na conduta do homem que, enquanto louco, possui a possibilidade de aparecer como outro que não ele mesmo. Com efeito, a partir da modernidade, as figuras da loucura portarão verdades humanas, verdades sobre o que é o homem em sua verdade. O sujeito clássico se constituía livremente como louco, perdendo a sua verdade; já o sujeito moderno tem acesso a sua verdade de louco, de doente mental, perdendo a sua liberdade.

Foucault resume a experiência moderna da loucura na seguinte passagem do último capítulo de *História da loucura*: “A loucura sustenta agora uma linguagem antropológica visando simultaneamente, e num equívoco donde ela retira, para o mundo moderno, seus poderes de inquietação, à verdade do homem e à perda dessa verdade e, por conseguinte, à verdade dessa verdade”⁴.

É essa experiência que possibilita a constituição de uma psiquiatria ou de uma psicologia que constitui o homem como objeto e não como sujeito de verdade, mas como o sujeito sobre quem se enuncia uma verdade objetiva. Se a psicologia pretende dizer uma verdade objetiva sobre o homem, é, no louco, que ela encontra essa verdade, uma vez que é nele que uma verdade humana se objetiva. Isso quer dizer que o homem estabelece uma relação com sua verdade científica a partir do homem louco. A verdade antropológica da psicologia é sempre uma verdade alienada. A esse respeito, Frédéric Gros vai dizer que: “A alienação do homem constitui para o seu conhecimento como que um transcendental [...] A loucura não é o objeto privilegiado, mas o transcendental

⁴ Foucault, M. *História da loucura na idade clássica*, p. 509.

de toda psicologia possível”⁵. Isso porque é a distância que aliena o homem na loucura que constitui a condição de possibilidade da enunciação de verdades objetivas antropológicas. Foucault conclui *História da loucura*, mostrando a dependência histórica das ciências psicológicas com relação a uma experiência da loucura, de modo que não são essas ciências que explicam a loucura, mas é a experiência moderna da loucura que é como que a condição para a emergência histórica dessas ciências. É assim, portanto, que Foucault contesta a pretensão de positividade das ciências psicológicas e da psiquiatria como ciências, uma vez que é a distância da alienação do homem louco a si mesmo e a sua verdade que é, ao mesmo tempo, a distância que permite a objetividade científica desses saberes.

Bibliografia

- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Tradução José Teixeira Coelho. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GROS, Frédéric. *Foucault et la folie*. Paris: PUF, 1997.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁵ Gros, F. *Foucault et la folie*, p. 56.